

O MITO GETÚLIO VARGAS: CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA POPULAR NA PESQUISA REALIZADA EM 2003-2004

THE GETÚLIO VARGAS MYTH: CONSTRUCTION OF POPULAR MEMORY IN THE RESEARCH CONDUCTED IN 2003-2004

Guilherme José Motta Faria¹

RESUMO

A partir de uma pesquisa de opinião pública com 10 questões, realizada entre os anos de 2001 e 2004, levantamos reflexões e debates sobre a construção da memória histórica da vida política brasileira, tendo como protagonista o presidente Getúlio Dornelles Vargas. Os resultados obtidos, justamente no momento em que se completavam 50 anos de sua morte, nos permitem elaborar hipóteses que contribuem para explicar os significados atribuídos à sua trajetória naquele período — significados que ainda hoje se projetam na memória popular. Dessa forma, é possível identificar um legado político que atravessa décadas e permanece presente no imaginário coletivo.

Palavras-chave: Era Vargas. Pesquisa. Memória. Legado Político.

ABSTRACT

Based on a public opinion survey with 10 questions, conducted between 2001 and 2004, we explored questions and debates surrounding the construction of the historical memory of Brazilian political life, with President Getúlio Dornelles Vargas as its central figure. The results, gathered 50 years after the former president's death, allow us to formulate hypotheses that help explain the meanings attributed to his trajectory at that time — meanings that continue to resonate in popular memory. In this way, a political legacy is revealed, one that has endured across decades.

Keywords: Vargas Era. Research. Memory. Political Legacy.

AS QUESTÕES PROPOSTAS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

No início do século XXI, os currículos escolares, originados a partir da LDB 9.692, previam para as aulas de História no Ensino Fundamental de 3 a 4 tempos semanais. O enfoque na história da República brasileira — e, especificamente, no que parte da historiografia e, sobretudo, os livros didáticos batizaram de Era Vargas — é apresentado aos alunos no 9.º ano, série final do segundo ciclo do Ensino Fundamental. Por ser um tópico intermediário, que perpassa o período entre as duas grandes guerras mundiais, o

¹Mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em História Social pela UFF. Pós-Doutor em História pela USP. Professor auxiliar I da Universidade Veiga de Almeida e Professor da Rede Estadual do Rio de Janeiro.

assunto torna-se fundamental para conectar as questões da política e da economia do Brasil ao contexto dos acontecimentos que envolveram quase todas as nações do mundo.

Getúlio Vargas preencheu a centralidade da representação do Estado brasileiro de 1930 a 1945, a partir de sua chegada ao poder após a “Revolução de 1930” (atualmente questiona-se se esse conceito é o mais apropriado para o evento em si), até o ano final da Segunda Guerra Mundial, 1945. A trajetória do presidente se metamorfoseou de “provisório”, até 1934, quando foi incensado pelo Colégio Eleitoral, no bojo da Constituinte promulgada naquele ano, e concluiu esse período de 15 anos com o poder ditatorial decretado com o Estado Novo, em 1937.

Dessa forma, nas aulas de História e na própria organização do material didático, o espaço atribuído ao político gaúcho é sempre expressivo, e dificilmente um aluno deixará de interagir com esse momento histórico por muito tempo. Outro fator que amplia essa centralidade do personagem é sua “volta nos braços do povo”, ao ser eleito para o período de 1951 a 1955.

As questões nacionais, debatidas com intensa paixão e em diálogo com o contexto da Guerra Fria, acirraram os ânimos internos. As posições políticas, amparadas no debate ideológico, reverberavam em uma pauta que se inflamava com muita facilidade. Vargas, sem os amplos poderes de que dispunha no período do Estado Novo, via-se combatido diariamente em discursos e denúncias que questionavam sua liderança e a passividade do governante no combate à corrupção.

O dramático desfecho da sequência de crises políticas resultou em um ato pessoal que foi utilizado como fato político e tornou ainda mais conturbado o cenário institucional do Brasil, em 1954. O suicídio do presidente em exercício, algo inusitado em nossa história, turbinou o impacto do personagem no cotidiano e no imaginário popular, atravessando décadas — ora como um exemplo de proteção e cuidado com as classes populares, ora como símbolo de uma prática “populista”, com toda a conotação negativa que o conceito passou a carregar, construindo a imagem de manipulação do povo por meio de políticas sociais de assistência.

Com efeito, para um professor de História do nono ano, é praticamente impossível não tratar do tema e apresentar o personagem aos alunos. É comum também, a partir do material didático, estabelecer momentos de debate, pois a construção narrativa sobre Vargas, refletindo seu estilo de fazer política, ergue um espaço mítico, onde, ora por sua ambiguidade, ora por seu pragmatismo, ora por seu apelo popular, sua figura ímpar paira

para além dos juízos de valor acabados. Getúlio Vargas é um personagem que sintetiza a própria dinâmica da História — que vai sendo narrada, recontada, investigada e apresentando novos enfoques — sendo seu *modus operandi* ideal, constante e ininterrupto.

VOCÊ JÁ OUVIU FALAR DE GETÚLIO VARGAS?

A primeira questão era uma comprovação da importância do personagem na vida política brasileira e da presença destacada nos cursos de História e nas aulas da disciplina, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio.

O resultado geral não deixa margem de dúvidas, pois 67% dos entrevistados apontaram que já escutaram muitas vezes o nome do ex-presidente. Mesmo os 24% que afirmaram ter escutado algumas vezes, quando somados aos que marcaram “muitas vezes”, geram uma massa que totaliza 91%. Esse total, em uma pesquisa de opinião, sinaliza praticamente uma unanimidade. O percentual de quem nunca ouviu falar sobre Getúlio Vargas é ínfimo: soma 0,5%; e os que escutaram pouco ou sabem pouco sobre quem é o personagem não chegam a 10% dos entrevistados, totalizando cerca de 8,5% dos respondentes.

Esse resultado geral espelha, sem grandes variações, a constatação de que Getúlio Vargas ainda é um dos nomes mais conhecidos de nossa história. Na faixa etária de 13 a 20 anos, totalizando 255 entrevistados, o percentual atingiu níveis próximos, com variação para baixo nas opções “muitas vezes” (48%) e “algumas vezes” (35%), totalizando essas duas respostas 81%. Mesmo que esse resultado não tenha atingido a casa dos 90% que o total geral apresentou, é sintomático que, nesse segmento — majoritariamente formado por alunos do Ensino Fundamental e Médio —, a recorrência da presença de Vargas foi intensa. Cerca de 15% escutaram poucas vezes referências ao ex-presidente, e apenas 1% nunca ouviu falar sobre ele.

Na faixa etária dos entrevistados entre 21 e 40 anos foram totalizadas 330 entrevistas. O maior peso dos componentes desse segmento estava nos alunos do Ensino Médio (35%) e de curso universitário (50%) ou que já estavam fora das instituições de ensino e tinham como teto esses dois níveis de escolaridade. Apenas 13% tinham completado o Ensino Fundamental II, e 2% tinham concluído o antigo primário, atual Ensino Fundamental I.

Retomando os resultados, nessa faixa etária, a grande maioria já tinha escutado falar sobre Getúlio Vargas. O percentual reflete essa posição majoritária: 66% (muitas

vezes) e 26% (algumas vezes), totalizando 92% com essa percepção de conhecimento sobre o personagem em questão. Os que responderam “poucas vezes” somaram 7,5%, e 0,5% responderam que “nenhuma vez” haviam escutado falar do ex-presidente.

Nessa faixa etária, ao constatar que grande parte dos entrevistados possuía ou estava concluindo o Ensino Superior, ou eram concluintes do Ensino Médio, conseguimos compreender os resultados da questão. O impacto da retomada dos assuntos de História do Brasil na preparação para o ENEM e das aulas no Ensino Superior, inegavelmente, passa pela revisão dos principais acontecimentos do século XX, sobretudo no período entre as duas guerras mundiais.

Mesmo com boa parte dos respondentes dessa faixa etária sendo composta por alunos do curso de graduação em História, analisando os currículos de boa parte dos cursos de Ciências Sociais e Humanas, percebemos que, ao focar a nossa história, a centralidade da atuação do ex-presidente foi balizadora da construção de nossa cultura política.

A terceira faixa etária participante da pesquisa ia de 41 a 59 anos de idade. A proporcionalidade de entrevistados em cada nível de escolaridade revelou um grupo que, equilibradamente, possuía Ensino Superior (35%), Ensino Médio (31%) ou que havia concluído o Ensino Fundamental II (22%). Ainda nesta categoria, o grupo era formado por analfabetos (1%), pessoas com Ensino Fundamental I (5%) e 6% que não responderam sobre seu nível de escolaridade.

Esse grupo, em sua grande maioria, era formado por pais e avós dos alunos. A ideia de expandir para além das salas de aula, abrangendo o cotidiano das famílias, permitiu uma ampliação consistente no número de respostas e a possibilidade de buscar compreender como se dá a memória sobre o político gaúcho e o próprio embate ideológico que atravessou gerações.

Outro fator relevante a ser observado é que essa faixa etária estava mais próxima dos acontecimentos políticos vivenciados por Vargas e seus desdobramentos. Os entrevistados, no extremo do arco etário, estavam na infância quando Getúlio se suicidou. Os demais, que ainda não tinham nascido ou estavam na primeira infância, tiveram contato direto com as memórias construídas no calor do momento por seus pais ou avós.

Assim sendo, essa proximidade com os acontecimentos históricos foi um diferencial nesta sondagem, reforçando o reconhecimento e a consequente opinião formada sobre a temática desta pesquisa. Os entrevistados que responderam ter escutado falar de Getúlio Vargas “muitas vezes” totalizaram 72%, e os que marcaram “algumas vezes”

foram 21%, alcançando juntos 93% dos respondentes. Os que marcaram “poucas vezes” foram 6%, e os que “nunca ouviram falar” ou “não responderam” somaram apenas 1%.

A quarta faixa etária, composta por maiores de 60 anos, foi o menor grupo que participou da pesquisa, com cerca de 18% dos entrevistados. O nível de escolaridade mudou consideravelmente em relação à faixa etária anterior (41–60), com aumento nos percentuais de níveis menores: analfabetos (5%), Ensino Fundamental I (27%), Fundamental II (20%), Ensino Médio (21%), Ensino Superior (15%) e 7% não responderam.

A pesquisa, realizada nos primeiros anos do século XXI, como apontei no início deste texto, foi conduzida na cidade de Cabo Frio e em demais cidades vizinhas, na área conhecida como Região dos Lagos, interior do estado do Rio de Janeiro. Os alunos levaram os questionários para casa e, como apontado na análise da faixa etária anterior, foram respondidos pelos familiares.

Nessa quarta faixa etária, tendo como público central os respondentes ligados a alunos do Ensino Fundamental, Médio e Superior, os participantes com mais de 60 anos eram, em sua grande maioria, avôs e avós dos estudantes. Ao comparar as duas últimas faixas etárias, é possível perceber a diferença de escolaridade dos dois grupos com maior idade. Juntando o percentual de analfabetos, Ensino Fundamental I e Fundamental II, temos 52% no grupo acima de 60 e 28% no grupo de 41 a 60 anos. Essa diferença acentuada demonstra também um reflexo da composição social dos entrevistados e de seus núcleos familiares.

O alto percentual de baixa formação escolar reflete um movimento ainda em processo de diminuição do analfabetismo na população adulta do país. Apontar também a opção Primário/Ensino Fundamental I sintoniza com uma das grandes mazelas do processo educacional do país, onde grande número de alunos — sobretudo na escola pública — evadem ainda nos primeiros anos escolares, resultando no que se aponta como analfabetismo funcional.

Nesse grupo, a proximidade cotidiana com o governo Vargas e a passionalidade em relação ao trágico desfecho da vida do ex-presidente demonstram a esmagadora maioria dos que escutaram falar sobre o personagem protagonista desta pesquisa. Os percentuais foram os maiores: ao reunir as alternativas “muitas vezes” (88%) e “algumas vezes” (10%), temos 98% de reconhecimento. A alternativa “poucas vezes” foi marcada por 2%

dos entrevistados, e as duas últimas alternativas (“nenhuma vez” ou “não respondeu”) tiveram 0%.

O GOVERNO VARGAS (1930-1945) FOI MARCADAMENTE?

A segunda questão ampliava para o campo da cultura política e da construção da memória as ações governamentais e as marcas deixadas na população brasileira. A questão desejava perceber qual a impressão, nas quatro faixas etárias de respondentes da pesquisa, sobre a principal característica do período conhecido como Era Vargas.

Os resultados obtidos, no geral, apontam certo equilíbrio na percepção dos respondentes sobre o legado maior do período governado por Getúlio Vargas. O item com maior percentual de votantes (33,5%) apontou o progresso social como a principal conquista da Era. Os que apontaram como a grande herança o progresso industrial, deixada pelo presidente gaúcho, somaram 28,3%.

Os dois grupos reunidos totalizaram 61,8%, o que demarca uma visão positiva em relação às políticas adotadas pelo governo, tanto na geração de empregos e na expansão do parque industrial brasileiro, quanto na efetiva melhoria nas condições sociais das classes populares — assalariados que puderam contar com maior rede de proteção estatal em relação aos direitos trabalhistas e à consequente melhoria das condições de vida, saúde, escolaridade e habitação.

A junção dos dois itens nos permite analisar o período e a construção de uma memória do trabalhismo, que Vargas exacerbava em seus discursos e cerimônias repletas de simbolismo, em que conclamava o povo brasileiro a erguer a nação pela via do orgulho em serem trabalhadores, em ser brasileiros e juntos erguerem a nação.

De forma didática, e em muitos casos se apropriando de métodos propagandísticos, a mimese da figura da cidadania brasileira plasmada à identidade do trabalhador amalgamou a ideia/ideologia da prática trabalhista como o caminho para a libertação nacional. A classe trabalhadora respondia positivamente, em sua grande maioria, às ações governamentais.

Para além do discurso de parte dos historiadores que utilizaram como chave de compreensão desse apoio massivo das classes populares a ideia de manipulação — reforçada por muitos livros didáticos — novas correntes, em meados dos anos 1990, passaram a propor como possibilidade de compreensão desse fenômeno o conceito de pacto entre as classes trabalhadoras e o governo varguista (Gomes, 2005; Ferreira, 2005).

Inegavelmente, os ganhos e a percepção concreta de maior segurança no trabalho e na sua continuidade permitiram uma constante melhoria nas condições sociais das classes trabalhadoras. Ainda distante das condições ideais, as políticas adotadas encetavam uma recompensa às classes trabalhadoras por seu esforço na construção nacional. A frase inicial dos discursos do presidente, sobretudo nos eventos do primeiro de maio, sintetizava esse esforço simbólico e discursivo ao conclamar a todos os presentes e os que eram alcançados pelas ondas do rádio: “Trabalhadores do Brasil”.

O período entre as duas grandes guerras e o desenrolar da segunda foram decisivos para o direcionamento do Brasil ao projeto de industrialização pesada. A ideia central do governo era ampliar a política de “substituição das importações”, em que, em vez de manter altos fluxos de importação de bens industrializados, passaríamos a priorizar a entrada de máquinas e equipamentos para alavancar, em nosso território, a industrialização plena (Skidmore, 1982).

No período anterior e durante os quatro primeiros anos do conflito mundial, o Brasil conseguiu se estabelecer como um importante parceiro comercial para suprir demandas de alimentos e bens de consumo nos países diretamente envolvidos na guerra, que tiveram que voltar seus parques industriais para o esforço de produção de insumos, a fim de dar continuidade às sangrentas batalhas que se alastraram pelos continentes europeu, asiático e africano (D’Araújo, 1999).

Quando o governo brasileiro precisou sair de sua posição de neutralidade e optar por um dos lados em conflito, a escolha pelos Aliados — e, sobretudo, canalizando nossa parceria para os Estados Unidos da América — nos possibilitou construir uma usina siderúrgica na cidade de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, a partir de uma cooperação internacional entre as duas nações e uma ajuda financeira generosa. A escolha foi mais um passo importante no direcionamento do país no caminho da industrialização, a princípio controlada pelo poder público, que contava em arregimentar no capital privado nacional um parceiro a médio prazo (Arvin-Rad; Willumsen; White, 1997).

O processo de industrialização e a formação estrutural da classe trabalhadora no Brasil, junto à consolidação das leis trabalhistas que lhes garantiram conquistas efetivas, são pilares estruturais dos textos que compõem a diversidade de materiais didáticos sobre o período. Dessa forma, o público mais informado e interessado na história política brasileira parece assimilar mais essas questões (Gomes, 2005).

Por outro lado, também é recorrente nos textos didáticos o sublinhar das ações de censura e violência policial e política que o período apresentou, sobretudo a partir de novembro de 1937, quando foi deflagrado o golpe do Estado Novo e a consequente ditadura que aqui se instalou até os dias finais de outubro de 1945.

Os dois grupos de respondentes que marcaram como grande legado da Era Vargas as opções de Censura (20,7%) e Violento (16,8%) totalizam cerca de 1/3 das respostas (37,5%). Essa percepção segue o fluxo de informações que tratam das ações repressivas dos aparelhos estatais em tempos de exceção. Sem sombra de dúvidas, a ditadura estadonovista foi extremamente violenta em seu combate aos opositores do regime, de forma especial em relação aos comunistas, principalmente após o fracasso da tentativa de tomada de poder em novembro de 1935, no episódio conhecido como Intentona Comunista.

O pretexto maior para o endurecimento do regime e a suspensão da vida democrática foi o “perigo real” de uma mudança política, com os grupos de esquerda assumindo o poder. A materialização de um projeto denominado “Plano Cohen” parecia ser a encarnação dessa possibilidade concreta (Motta, 1998). A grande repercussão desse achado remexeu nos medos mais recônditos da vida política brasileira, e o discurso anticomunista ganhou legitimidade e legalidade. A perseguição aos membros do clandestino PCB e às lideranças comunistas no Brasil — sobretudo Luís Carlos Prestes e sua esposa, Olga Benário — se tornou uma cruzada com forte apoio dos meios de imprensa e das classes conservadoras no país.

Dessa forma, o período é enquadrado como de grande violência, utilizando métodos de tortura e coerção policial para desmontar aparelhos de inclinação ideológica que iam contra as diretrizes do Estado Novo. Os sindicatos não alinhados ao governo sofreram fortes represálias, e muitos não podiam contar com a ação de um dos instrumentos fundamentais da política de assistência trabalhista: a Justiça do Trabalho.

Em relação à censura, o que é recorrente nos textos do material didático é a relação estabelecida na criação, em 1939, do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) como o órgão fundamental na estrutura do governo, principalmente por sua ação repressiva em relação aos meios de comunicação. A censura alcançava as redações dos jornais, revistas, as emissoras de rádio, os espetáculos teatrais, as editoras e projeções cinematográficas.

Com efeito, esse braço do DIP era funcional, mas sua outra dimensão — a da propaganda — nem sempre valorizava as ações culturais, mas sim a ideia de “marketing

político”, que procurava construir uma imagem favorável de Vargas junto à população. Vários projetos com viés educacional, utilizando o espaço na programação das emissoras de rádio, principalmente as encampadas pelo governo, junto aos filmes promocionais e ao emprego de técnicos e artistas, permitiram um quadro de difusão de valores e de fortalecimento de uma identidade nacional.

A propaganda que é mais reforçada na análise factual dos livros didáticos é a pragmática da cultura política, que resulta no simbolismo da imagem de Getúlio Vargas como “Pai dos Pobres”. Essa ação é percebida como uma construção artificial pela maioria dos autores e corroborada em grande parte do material consultado.

Na primeira faixa etária, o que mais chama a atenção é o equilíbrio entre as alternativas propostas nas respostas dos jovens. Se no total geral o item progresso industrial se destacou, o mesmo não ocorreu nesse grupo de respondentes. Continua a ser a resposta mais citada, mas fica percentualmente muito próxima do item que destaca a censura como lembrança maior do período.

As respostas que ficaram em terceiro e quarto lugar — progresso social e violento, respectivamente — demarcam o equilíbrio citado acima. Trabalhando em uma combinação de respostas que se aproximam, podemos reunir progresso industrial e progresso social como respostas que caminham próximas, mesmo que a percepção seja levada a uma posição orientada pelo Estado para a economia (industrial) ou voltada para a promoção da melhoria das condições de vida das classes mais proletarizadas (progresso social), que juntas totalizaram mais da metade das respostas: 52%.

Reunir as respostas que apontam para os itens sobre a censura e o caráter violento do governo, claramente na mesma sintonia de compreensão do período, faz o percentual atingir 47%, muito próximo da metade das respostas.

Nessa faixa etária, fica mais claro que o fator da construção da memória a partir dos livros didáticos estabelece essa dicotomia entre os inegáveis avanços industriais e sociais, assim como a forte repressão típica de um regime de exceção — ambos demarcados como características marcantes da Era Vargas. Ressaltar a posição ideológica e da abordagem do aparato policial, expondo as torturas, prisões e ações arbitrárias em relação à censura, ocupa posições equivalentes, realçando essa dualidade do governo. Aliás, essa ênfase na parte da violência e censura acaba sendo argumento para justificar a popularidade do ex-presidente nas camadas mais pobres da população, atribuída à sua baixa escolaridade, falta de senso crítico e de cultura política liberal.

Nos livros didáticos pesquisados e utilizados nos últimos 30 anos, essa perspectiva da explicação uspiana do “populismo” atribuído ao governo Vargas (Ferreira, 2001) foi sendo reforçada nas instituições de ensino superior, nos cursos de História, Ciências Sociais e Humanas, atingindo as salas de aula com intensidade nos anos 1990 e 2000 — exatamente a faixa etária desse segmento dos entrevistados.

Na segunda faixa etária recortada nesta pesquisa, os resultados variaram para uma percepção mais positiva do governo, em relação à faixa etária mais jovem. A inversão no primeiro lugar deu-se em relação ao grupo anterior. Aqui, o progresso social, apontado por 31,5%, superou os respondentes que optaram pelo progresso industrial (27,5%). A soma desses dois itens totalizou 59%, 7% a mais do que o verificado no primeiro grupo.

Outro fator passível de análise é a diminuição da percepção negativa sintetizada nos dois itens — censura (26%) e violento (14,1%) — que juntos somaram 40% das respostas. O mesmo fator hierarquizante também se verificou nessa faixa etária, em que a questão da censura predominou sobre a menção à violência desferida pelo governo, sobretudo durante a ditadura do Estado Novo.

De maneira geral, quanto mais distante da experiência vivida no cotidiano e mais pautada na construção da memória pelos meios de comunicação e materiais didáticos, mais a imagem e os pilares que serviam de esteio ao governo Vargas vão sendo positivados, lembrados em sua maioria por áreas em que o governo se aproximava das necessidades sociais e do discurso e prática de um nacionalismo estatal, em relação ao processo de industrialização brasileira.

A figura e a memória construídas sobre Getúlio Vargas, como boa parte de nossa história, são territórios de disputas ideológicas e simbólicas, em que o presente é sempre o norteador do que se deseja lembrar — e do que é melhor esquecer. A historiografia sobre o período, e em especial sobre o personagem, apresenta essa mutabilidade de significados a serem exaltados, criticados ou invisibilizados.

Inegavelmente, a tradição da cultura política trabalhista, ainda no início do século XXI, podia contar com alguns baluartes, como Leonel Brizola, que faleceu em 2004. A bandeira de uma ação política com ênfase na classe trabalhadora estava esmaecendo sua representatividade, por conta da crise do bloco de países comunistas, liderados pela União Soviética, que entrou em processo de desintegração na virada dos anos 1980 para a década seguinte.

Decretada como “o fim da História” (Fukuyama, 2015), a mudança de ventos ideológicos, seguida de uma superexposição do modo de vida liberal, parecia ser a certeza de que, ao contrário dos ideais comunistas de uma ditadura do proletariado, o que se verificava era a vitória triunfal do capitalismo, encarnado nas nações que tinham sua essência política na democracia liberal. A iminência de um mundo globalizado e “homogêneo” foi responsável por tornar aparentemente anacrônico o discurso tradicional da esquerda, amparada na luta de classes e sua opção pela classe trabalhadora.

Reforçando a percepção que os resultados apontam, quanto mais avança a faixa etária, mais se materializa a percepção de que o governo Vargas representou facetas mais positivas do que negativas. O percentual que reúne progresso social (36%) — em primeiro lugar — e progresso industrial (30%) — em segundo — totaliza 66%, o maior índice alcançado até então.

A geração dessa faixa etária esteve mais próxima dos acontecimentos, e os que estavam no extremo (59 anos) vivenciaram e construíram uma memória, dentro de sua pouca idade, mas carregada do impacto que a notícia do suicídio do ex-presidente causou na população brasileira. O momento de grande comoção com a perda de uma liderança política tão forte acaba, quase sempre, sendo, no calor do momento, exaltado em extremo e, com isso, as qualidades e virtudes políticas acabam eclipsando a construção da memória, deixando passar ao largo o que não “merecia” ser lembrado.

Assim sendo, a memória de um presidente que buscava implementar ações para o benefício das classes sociais mais necessitadas — ancoradas nos “trabalhadores do Brasil” — perpetuou, nessa geração, a imagem de Vargas como benfeitor, “O Pai dos Pobres”, materializado, em muitos lares, com fotos do ex-presidente junto aos retratos de família e imagens de santos de devoção (Ferreira, 2005).

Essa imagem positivada, portanto, dialoga com uma memória recente dos que vivenciaram o drama do suicídio, a repercussão na imprensa e a “repaginada” da figura pública de Vargas, afastando-o dos escândalos políticos, dos ataques da oposição e da massificação das notícias negativas à conduta do político gaúcho. O atentado da Rua Tonelero, no bairro de Copacabana, que mirou em Carlos Lacerda no intuito de intimidá-lo, resultou em ação malfadada (Aguiar, 2004; Machado, 2015). A morte do oficial da aeronáutica, o major Rubens Vaz, que fazia a segurança do político fluminense, desencadeou uma campanha ostensiva atacando a reputação de Vargas, sintetizada na expressão “mar de lama do Catete”.

O resultado nesta última faixa etária corrobora a análise anterior, no sentido de que a junção dos itens positivados alcança seu maior percentual, em relação aos negativados. Os itens progresso industrial (com 27% das respostas) somados aos 47% da escolha na opção progresso social apontam 74%, ou 2/3 dos respondentes nesse campo de observação. Inegavelmente, os entrevistados desse grupo vivenciaram de forma plena os acontecimentos de agosto de 1954, e as marcas geraram, em sua maioria, um sentimento que torna Vargas um “herói” que se sacrificava e foi às últimas consequências para continuar a garantir os direitos dos trabalhadores — até mesmo após sua morte.

A Carta-Testamento, documento que emerge desse momento histórico como um último e contundente discurso de Getúlio Vargas, amalgama os sentimentos ambíguos de adoração popular e de culpa, pela desconfiança na sinceridade presidencial.

VARGAS, IDEOLOGICAMENTE, ERA UM POLÍTICO?

A filiação ideológica de um político, no espectro das correntes possíveis, nem sempre encontra precisão e coerência na sua trajetória ao longo da vida pública. Apontar com convicção qual a tendência (esquerda, direita, centro, centro-direita, centro-esquerda etc.) é um desafio para muitos cientistas políticos.

Quando se trata de uma pesquisa de opinião pública, essa certeza em cravar qual é o “rótulo” do agente político se torna ainda mais complexa e, mais do que teorias, o fator determinante para as respostas acerca dessa filiação se dá mais no campo do simbólico, de uma memória construída (forjada ou estruturada de forma orgânica) ao longo do tempo.

A figura de Getúlio Vargas talvez seja um dos exemplos mais pujantes nessa questão. Durante mais de 18 anos de exercício efetivo na presidência da República e em mais de 20 anos anteriores de vida pública, em diversos cargos, apontar com certeza a sua identidade político-ideológica se torna problemático para estudiosos e pesquisadores — muito mais para o público em geral, que, em sua imensa maioria, conhece o personagem de forma indireta, a partir das aulas nos vários níveis de escolaridade, assim como nas matérias de telejornais, mídia impressa e sítios da internet.

O resultado geral da pesquisa apontou para um olhar majoritário (39,2%) que identificou Vargas como um político de direita e, em segunda posição, com 25%, escolheram identificá-lo como fascista — o que significa dizer, na observação desse grupo, que a ideologia política do ex-presidente era a da extrema direita. Somando os dois

percentuais, temos uma posição consolidada com mais de 64% no campo político-ideológico situado à direita.

Levando em conta as narrativas presentes nos livros didáticos — que também serviam de referência para reportagens jornalísticas na imprensa escrita ou audiovisual — era perceptível a recorrência da tentativa de comparar Vargas aos líderes do nazifascismo (Benito Mussolini, na Itália, e Adolf Hitler, na Alemanha). A forma estrutural de governos autoritários e conceituados como “totalitários” (Arendt, 2013), nas décadas posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial, é argumento “sólido” para filiar o governo de Getúlio como um seguidor fiel das mesmas convicções ideológicas em território nacional.

A forma de comunicação e propaganda do governo Vargas, em especial a partir da ditadura do Estado Novo, ancorada na criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), já estava presente desde sua chegada ao poder, no final de 1930, nos anos iniciais² do que a historiografia denomina Governo Provisório, que seguiu até a promulgação da terceira Constituição brasileira, em meados de 1934.

Dessa forma, a partir deste eixo de comunicação — bastante inspirado nos moldes dos regimes de extrema-direita europeia —, além dos inúmeros colaboradores do governo brasileiro declaradamente simpáticos ao nazifascismo, a ligação entre a tendência ideológica do presidente brasileiro e os líderes italiano e alemão foi construída. Essa similaridade era uma das formas sistemáticas de apresentação da chamada Era Vargas nos livros didáticos, sobrepondo imagens e ações realizadas pelos políticos de extrema-direita da Europa com o presidente Vargas³.

Assim sendo, a ideia dessa filiação ideológica foi sendo construída ao longo dos anos e se tornou uma “verdade” quase cristalizada nos livros utilizados no ensino da História. Uma revisão importante passou a ser realizada na virada dos anos 1980/90⁴, e a apresentação de novas abordagens permitiu outras leituras sobre o período. O questionamento em relação à filiação ideológica do presidente passou a ser alvo de análise. O número de publicações, entretanto, que corroboravam a narrativa da tendência de direita

² Ao longo da Era Vargas, os órgãos de imprensa que existiram antes do DIP foram: Departamento Oficial de Publicidade, que existiu entre 1931 e 1934; Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), entre 1934 e 1938; Departamento Nacional de Propaganda (DIP), que existiu em 1938 e 1939. O DIP substituiu esse último.

³ Um livro lançado recentemente (2022) que mantém a explicação teórica do populismo atribuído ao governo de Getúlio Vargas é “Jornadas, Novos caminhos”, 9. ano, dos autores Maurício Cardoso e Priscila Nina, da Editora Saraiva.

⁴ Um livro importante na renovação dos debates sobre o tema é *O Populismo e sua história*, organizado pelo historiador Jorge Ferreira, lançado pela Editora Civilização brasileira, em 2001.

ou fascista atribuída a Vargas continuou sendo a corrente historiográfica mais utilizada na reprodução desse tema.

Sobre a percepção de que Vargas seria um político de esquerda — apontado por 20% dos respondentes — e os 13% que optaram pela alternativa comunista compõem 1/3 das respostas. Esse olhar, que percebe uma orientação à esquerda, se deve principalmente à relação estabelecida com as classes populares, na base dos trabalhadores urbanos, sedimentada na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

O mote da aproximação com esse segmento social/profissional, estreitado no controle dos sindicatos e das lideranças sindicais, garantiu, junto à construção da memória social, uma posição de compromisso com as classes sociais proletarizadas (Gomes, 2005). Mantendo essa base de apoio político nas classes trabalhadoras em formação — cada vez mais encorpadas por homens e mulheres negros, suburbanos e periféricos —, a identificação do presidente com o povo permitia uma leitura que o associava a ideologias de esquerda.

Certo está que, mais do que comunista, socialista, centro-esquerda ou outra denominação deste espectro político, a orientação de Vargas cabia mais no ideal do trabalhismo, somado a pinceladas nacionalistas (Gomes, 2005; Ferreira, 2005). A junção desses dois componentes tornou-se sua bandeira de luta, mesclando práticas políticas alinhadas à direita, ao centro ou mais extremadas. O modelo parecia ser mais próximo do corporativismo italiano e sua Carta del Lavoro do que dos planos quinquenais e da coletivização dos meios de produção do modelo comunista soviético.

O reforço do DIP no discurso de que o trabalhador brasileiro era responsável pelo engrandecimento da nação descolava o rótulo de comunista, que claramente não fazia parte do vocabulário político, tampouco das práticas do ex-presidente. Reconhecidamente anticomunista, Vargas arrefeceu suas críticas nos últimos momentos de seu longo governo, concomitante aos episódios derradeiros da Segunda Guerra Mundial e ao protagonismo da URSS no final do conflito.

Esse reposicionamento foi percebido internamente, quando grupos políticos opositores pressionavam para a renúncia ou deposição de Vargas, por considerarem inusitada a situação brasileira nos meses finais da guerra: o país mantinha uma estrutura ditatorial internamente e, ao mesmo tempo, enviava soldados aos campos de batalha ao lado das nações que defendiam o liberalismo e a democracia (Seitenfus, 2003).

A aproximação com os comunistas brasileiros, libertados da prisão, foi um dos apoios políticos que Vargas amealhou no movimento conhecido como Queremismo. Luís Carlos Prestes, segundo boa parte da historiografia brasileira (Carone, 1977; Fausto, 2008; Oliveira, 1982), justificou seu apoio ao presidente, em 1945, com a bandeira de “Constituinte com Getúlio”, mesmo tendo sua esposa, Olga Benário — grávida de sua filha, Anita — entregue à Gestapo nazista no segundo semestre de 1936. O argumento de Prestes, no final do Estado Novo, era altruísta, pois ele “defendia a ideia” de que, acima dos interesses pessoais, existiam os interesses nacionais (Skidmore, 1982)⁵.

O caso de Olga Benário é um dos mais emblemáticos do Governo Vargas, pois procura demarcar sua filiação anticomunista como marca registrada. Essa ação, em desacordo com a legislação da época, foi realizada para manter uma política diplomática eficaz com o governo alemão, liderado por Adolf Hitler. Essa boa vontade com os alemães, entregando uma prisioneira listada pela Gestapo, foi utilizada como prova da tendência fascista da presidência de Getúlio (Morais, 2008).

De acordo com Memorial da Democracia (1936):

Olga Benário, mulher de Luís Carlos Prestes, é embarcada para a Alemanha. No mesmo navio, segue também Elise Ewert, mulher de Arthur Ewert. O decreto de expulsão do país de Olga Benário foi assinado em 27 de agosto por Getúlio Vargas, que desprezou sua gravidez e seu casamento com um brasileiro, situações que lhe garantiriam a permanência no país. Filinto Müller já havia combinado com oficiais da Gestapo, a temida polícia política alemã, que ela seria embarcada num navio que seguiria direto para Hamburgo (Alemanha), evitando assim que militantes antifascistas a resgatassem em algum porto no caminho. Como Olga era judia e comunista, foi o mesmo que condená-la à morte. No dia da deportação, os presos políticos da Casa de Detenção, onde Olga e Elise estavam encarceradas, se rebelaram, em vão, na esperança de impedir que os homens de Filinto Müller levassem à força as duas mulheres. Conduzidas ao navio “La Coruña”, menos de um mês depois, no dia 18 de outubro, estariam nas mãos da Gestapo.

A ambiguidade e a ação camaleônica de Vargas, ao perceber as mudanças dos ventos políticos e se adaptar às variações ideológicas do momento contemporâneo, permitiram uma resposta mais fluida sobre seu posicionamento entre os espectros de direita e esquerda. Durante a realização da pesquisa e considerando a cultura política brasileira de modo geral, essas denominações tornaram-se cada vez mais difíceis de se cristalizar,

⁵ PRESTES, Anita. Centenário do PCB: os comunistas e o “queremismo”. **Blog da Boitempo**, 23 nov. 2022. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/11/23/centenario-do-pcb-os-comunistas-e-o-queremismo>. Acesso em: 22 jun. 2024.

devido ao personalismo político, que nos é característico, e ao aumento exponencial de partidos políticos, que resultam numa “sopa de letras”, materializada em siglas de significados abstratos e sem clareza de sua centralidade ideológica.

Dessa forma, afirmar categoricamente em qual espectro ideológico um político nacional se enquadra é uma tarefa complexa, especialmente quando se trata de Getúlio Dornelles Vargas, que ocupou o centro da vida política brasileira por mais de 30 anos.

Analisando os resultados por faixas etárias, a tendência expressa no total geral pouco se altera nos dois primeiros grupos, mas se amplia em favor da constatação da tendência às ideologias de direita perceptíveis no ex-presidente. Na faixa 1, somando as respostas “De direita” (34,5%) e “Fascista” (25%), o total alcançado foi de 59,5%. Aglutinando os que responderam “De esquerda” (18,5%) e “Comunista” (20%), obtemos 38,5% daqueles que perceberam essa orientação política de Vargas. Na faixa 2, o espectro de direita somou 60% (“De direita” – 35% + “Fascista” – 25%), enquanto o de esquerda foi de 38% (“De esquerda” – 23% + “Comunista” – 15%).

Na faixa 3, os resultados apresentaram aumento na classificação de Vargas como político de direita, totalizando 66% (“De direita” – 44% e “Fascista” – 22%). Já no espectro político de esquerda, houve queda, com 31,5% dos respondentes marcando essa tendência (“De esquerda” – 21,5% + “Comunista” – 10%).

Na faixa etária 4, composta por respondentes acima de 60 anos, a identificação do ex-presidente como de direita atingiu a maior diferença percentual: 76,5% apontaram esse campo político (“De direita” – 51,5% + “Fascista” – 25%). Consequentemente, os respondentes desse grupo apresentaram a menor identificação de Vargas com a tendência de esquerda, totalizando 21% (“De esquerda” – 16% + “Comunista” – 5%).

SOBRE AS EMPRESAS ESTATAIS, CRIAÇÃO DO GOVERNO VARGAS

Um dos objetivos principais de Vargas e sua equipe na área econômica foi centrar os esforços estatais no processo de desenvolvimento do parque industrial brasileiro. A orientação nacionalista, presente no período da Era Vargas (1930–1945), procurou incentivar o capital privado nacional e bloquear os avanços do capital estrangeiro na consolidação da industrialização brasileira. A prioridade nesse processo era estruturar, no país, a implantação de usinas siderúrgicas, que serviriam como base para o processo de substituição de importações — considerado o passaporte brasileiro para o mercado global em formação (Pandolfi, 1999).

O esforço presidencial em incentivar um discurso de progresso aliado à industrialização acabou colando em sua imagem a mística de empreendedor e visionário. Efetivamente, essa opção estratégica gerou frutos e passou a ser uma marca utilizada pelos órgãos de propaganda do governo.

As respostas a essa questão, na pesquisa de 2004, demonstram a cristalização da ideia de indústria nacional e de empresas criadas dentro do princípio da centralização administrativa e da abrangência nacional. Modificando o entendimento de uma política descentralizada, embasada na segunda constituição brasileira, inspirada no federalismo norte-americano, Vargas reestruturou o serviço público. Pelo viés do unitarismo, centralizou a administração, criando instituições de abrangência nacional, unificando processos e configurando o Estado Nacional forte — conceito em voga naquele momento histórico.

Ao se questionar a importância e a relevância das empresas estatais, 50 anos após a morte do ex-presidente, os resultados demonstram que a memória construída sobre essa ação governamental foi um importante marco para a virada do país no cenário econômico mundial. O debate que estava em pauta desde o final dos anos 1980 era a disseminação global do neoliberalismo, que preconizava, como receita para todas as nações, o enquadramento do Estado em sua forma mínima. No Brasil, a partir do Plano Real e durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, a máxima econômica era respeitar a cartilha liberal, na qual a privatização das empresas estatais era ponto obrigatório.

Dessa forma, os resultados dialogam com o legado da pujança econômica atrelada à força das empresas e indústrias estatais, mesmo que estas fossem constantemente atacadas nos discursos e em parte da imprensa apoiadora do liberalismo.

Iniciando pelos resultados gerais, houve predominância de um olhar positivo em relação às estatais: 23,7% apontaram que dão lucros e 54,5% responderam que são benéficas para o país. Ao somar os dois percentuais, chegou-se a 78,2% na visão que reconhece a importância da forte presença do Estado como mantenedor da estrutura econômica do Brasil. No outro extremo, 20,3% expressaram uma visão mais alinhada às práticas liberais então em voga: 9,1% afirmaram que as empresas estatais dão prejuízos e 11,2% que precisam ser privatizadas.

Ao analisar os resultados por faixas etárias, percebe-se a manutenção dos resultados gerais, com leves oscilações de alta para a percepção positiva, ao agrupar as duas

alternativas que refletem essa visão. Na faixa 1: dão lucros (26,5%) e são benéficas para o país (52,5%), totalizando 79%. Na faixa 2, o total também foi de 79%, com dão lucros (19%) e são benéficas para o país (60%).

Na faixa etária 4, o equilíbrio observado nas faixas anteriores apresenta uma alteração significativa, com resultados ainda mais expressivos para o viés positivo em relação às estatais: dão lucros (28,5%) e são benéficas para o país (53,5%), alcançando o total de 82%. Consequentemente, as respostas que expressam o viés negativo obtiveram o menor percentual: 12,5% (dão prejuízos – 6% e precisam ser privatizadas – 6,5%).

O fenômeno ocorreu de forma inversa na faixa 3, quando o olhar sobre a herança negativa das estatais se revelou em seu maior percentual: 26,5%, sendo dão prejuízos (12%) e precisam ser privatizadas (14,5%). A visão positiva, nesse grupo, alcançou 70,5%, com dão lucros (21,5%) e são benéficas para o país (49%).

Essa pequena variação — uma diminuição de cerca de 10% na percepção positiva das empresas estatais — apresentada na faixa etária composta por respondentes de 41 a 59 anos pode ser pensada a partir do perfil desse grupo, que sugere maior maturidade política, geralmente associada a um posicionamento menos extremado ideologicamente e mais preocupado com as questões econômicas. Mesmo que, nesta faixa, o total das respostas ainda mantenha uma visão majoritariamente positiva das estatais, a variação revela uma tendência às mudanças estruturais propagadas pelos discursos neoliberais na mídia e nos debates políticos.

Outro aspecto a ser observado nas respostas — em geral e replicadas em cada faixa etária, especialmente na última (entrevistados com mais de 60 anos) — diz respeito à questão regional da pesquisa, centralizada no município de Cabo Frio e em outras cidades da Região dos Lagos. Nessa região, destacou-se a presença da Companhia Nacional de Álcalis⁶, empresa estatal responsável por grande desenvolvimento local. Mesmo já privatizada no início do século XXI, a comparação com os tempos de “bonança” durante o período estatal construiu uma memória extremamente positiva da experiência com a fábrica, a vila operária e todo o desenvolvimento em torno da empresa (Pereira, 2010).

QUE SETOR ECONÔMICO FOI O MAIS BENEFICIADO NA ERA VARGAS?

⁶ A Companhia Nacional de Álcalis foi uma empresa brasileira produtora de barrilha e sal. Foi uma das empresas, junto com a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce e a Fábrica Nacional de Motores, criadas no período do Estado Novo com o objetivo de impulsionar a industrialização do Brasil.

A quinta questão gravitou em torno da área econômica, procurando perceber, entre os respondentes, quais especificidades do referido campo ganharam maior atenção do governo Vargas. As opções apresentavam uma alternativa que sintetizava a agricultura, simbolizada pelo cultivo do café (um dos maiores produtos de exportação brasileira na virada do século XIX para o XX); uma alternativa ligada à infraestrutura para geração de energia elétrica (representada pela opção Hidrelétricas); duas opções ligadas diretamente ao projeto industrial, pensado em termos de parque industrial (demarcado na alternativa Indústrias); e, por fim, uma alternativa relacionada ao setor de base no processo de industrialização, responsável pela transformação de minério de ferro em aço (Siderúrgicas).

A princípio, as possibilidades de resposta pareciam aproximar os quatro itens. No entanto, a percepção da construção da memória sobre o período e o legado que nos alcançou nos dias contemporâneos à realização da pesquisa realçou a compreensão da maioria na direção da industrialização de base e da expansão da dinâmica de parques industriais como fator predominante da economia no período varguista.

Inegavelmente, o processo de transformação das áreas urbanas das capitais dos estados brasileiros, a partir da década de 1920 e alavancado após a chegada de Getúlio e sua equipe ao poder, no final de 1930, permitiu o amadurecimento da transição da economia predominantemente agrária, centrada no meio rural, para o estabelecimento do fenômeno da urbanização, atrelada à industrialização nos grandes centros (Furtado, 2007). Dessa forma, o meio urbano passou a ser o espaço desejado e avidamente procurado pelas populações rurais, que, paulatinamente, foram sendo “expulsas” do campo — tanto pela dificuldade de manter pequenas propriedades quanto pelo avanço, sobretudo ao final da Segunda Guerra Mundial, de processos de mecanização nos grandes latifúndios voltados ao agronegócio.

Essa percepção é apontada de forma latente na totalização dos resultados, analisados de forma geral, em que as alternativas apresentadas receberam os seguintes percentuais: Café (15%); Indústrias (52,3%); Hidrelétricas (4,4%); e Siderúrgicas (26,5%).

A idealização de um discurso positivista, atrelando progresso à industrialização, se materializou na chamada Era Vargas e foi amplamente divulgada pelos meios de imprensa e propaganda. A formação de uma classe urbana operária, cortejada pelas políticas sociais do governo, criou um amálgama de cumplicidade entre o Estado varguista e esses novos

atores políticos. Ao entrar no jogo democrático, a partir da ampliação da base dos direitos políticos — concedidos paralelamente aos direitos trabalhistas — as classes sociais urbanas passaram a ganhar espaço e representação.

Claro está que, na maior parte do período em tela, a memória construída pelos livros didáticos e arquivos imagéticos aponta que o mote central da democracia ficou suspenso no país, sobretudo no período da ditadura do Estado Novo, concomitante à Segunda Guerra Mundial. Recorrendo mais uma vez aos livros didáticos, percebe-se que, apesar das críticas e do sublinhado peso das ações de censura, arbitrariedades e violência policial contra opositores do regime, a questão econômica — como se fosse um campo autônomo da governança política — aparece como área privilegiada e de inequívoco progresso do país. Assim sendo, é recorrente, no material estudado pelos alunos nas escolas brasileiras, o reforço do binômio Vargas e industrialização, consolidando-se a marca de mentor da industrialização brasileira na biografia do político gaúcho.

Ao comparar os percentuais de cada um dos quatro itens entre as faixas etárias, observa-se que alguns pontos chamam atenção por suas proximidades ou por tendências diferentes do padrão alcançado no cômputo geral. As escolhas dos respondentes imprimem essa variação. Na opção Café, as faixas 1 (18%), 3 e 4 (ambas com 17%) estão bem próximas do total geral dos respondentes nesse item, que foi de 15%. A faixa etária 2 apontou o menor percentual, com 10%.

A variação no item Indústrias apresentou números menos constantes. O total geral foi de 52,3%; no comparativo entre as faixas etárias, observou-se uma tendência de queda nas faixas 3 (48,5%) e 4 (44%), esta com o menor índice registrado.

O item Hidrelétricas manteve um baixo percentual de respostas, em linha com a média geral (4,4%). Excetuando a faixa 1, que marcou 7%, as demais repetiram o mesmo percentual: 3,5%.

No último item, Siderúrgicas, o total geral (26,5%) foi alcançado com uma tendência curiosa: a cada faixa etária sucessiva, os números aumentaram — Faixa 1 (19,5%), Faixa 2 (24,5%), Faixa 3 (29,5%) e Faixa 4 (35,5%).

VARGAS RECEBEU O TÍTULO DE “PAI DOS POBRES” POR CONTA DE QUÊ?

Ao estudarmos o período intitulado Era Vargas, nos deparamos com debates acirrados sobre a construção da memória do ex-presidente na vida política nacional. Alguns estigmas foram acalentados e generosamente solidificados pela parcialidade das

visões, embaladas em ideologias ou pelo binômio simpatia/antipatia que o personagem alimentou no cotidiano do referido período (Levine, 1998; Rose, 2001; Ribeiro, 2001; Fausto, 2008).

Populista, manipulador, aproveitador da ingenuidade popular e outras habilidades pérfidas foram atributos lançados por seus opositores, sobretudo após sua vitória na eleição direta de 1950. Essa visão, construída a posteriori sobre o período de 1930-1945, elegeu o pensamento “uspiano” da intelectualidade paulista, que mantinha uma postura crítica e pouco amistosa com o “ditador” Getúlio Vargas. As explicações que teorizaram o conceito de populismo, trazendo uma carga negativa à sua concepção, foram acalentadas no berço de autores (cientistas políticos, sociólogos e historiadores da Universidade de São Paulo), como Florestan Fernandes, Francisco Weffort, entre outros (Ferreira, 2001).

A percepção positivada do epíteto que mais teve aderência no imaginário popular, em relação ao ex-presidente, foi a referência paternalista: “Pai dos Pobres”. Nos debates acadêmicos, discute-se o quanto o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) foi responsável por essa construção imagética e simbólica, fundada em um arcabouço centralizador e autoritário, seguindo os moldes dos países europeus que vivenciaram o que a filósofa Hannah Arendt conceituou como totalitarismo (Arendt, 2013).

Muito embora o DIP tenha procurado estabelecer outros roteiros de afirmação dessa figura paternal, investindo no pai preocupado com o futuro de seus filhos — traduzido na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e em todo o entorno das garantias de que a legislação fosse cumprida — essa associação com o ideal do trabalhismo resultou em conexões diretas do governo, na figura de Vargas, com as classes trabalhadoras, a classe média e a população pobre em geral. Se, por um lado, a classe dirigente, ligada ao capital financeiro e industrial nacional, buscava formas de demonizar o político gaúcho — pelo desejo de implantação de uma política econômica liberal —, por outro, as demais classes sociais simpatizavam com o presidente e internalizaram sua figura como pai de todos (Capelato, 2009).

Na pesquisa, foram disponibilizadas quatro alternativas (Atender aos pobres; Criar o Salário-Família; Criar Leis Trabalhistas; Criar creches e asilos) com o intuito de compreender qual fator se tornou preponderante na “consolidação” do título “Pai dos Pobres”. As respostas foram bastante categóricas no apontamento do fator principal dessa “eleição”. Está claro que os respondentes partiram da premissa de que o epíteto já estava consolidado — concordando ou não com sua legitimidade.

No total geral, o item relacionado à criação das leis trabalhistas obteve um percentual muito relevante (69,1%), deixando os demais itens a uma distância gigantesca: Atender aos pobres obteve 20,1%; criação do salário-família, 7,5%; e a opção que apontava a criação de creches e asilos somou 2,5% das respostas. Concluindo a enquete, no quadro geral, 0,8% dos entrevistados não responderam à questão.

Na análise por faixas etárias, a tendência de associação do título Pai dos Pobres à criação das Leis Trabalhistas foi majoritária em todas elas, sendo que o grupo com mais de 60 anos marcou essa opção com 69,4%, percentual muito próximo ao total geral. A variação para baixo foi apresentada na faixa 1 (respondentes mais jovens), com 59%. Nas duas faixas intermediárias, os percentuais foram praticamente os mesmos: faixa 2 (73,5%) e faixa 3 (73,4%). As flutuações giraram em torno de 10 a 15% do total geral, mas as respostas próximas a 70% estabeleceram a maior convergência de opinião ao longo da pesquisa.

Em segundo lugar, nessa sexta pergunta do questionário, ficou o item Atender aos pobres. Essa abordagem, que revela um viés ligado ao assistencialismo, obteve percentual na casa dos 20% no total geral, oscilando dos níveis mais altos na faixa 1 (26,1%) ao mais baixo na segunda faixa de respondentes (16,6%). As faixas 3 e 4 apresentaram variações inferiores a 2%, obtendo respectivamente 19% e 21,8%.

Os dois itens restantes ficaram muito abaixo nas respostas, não atingindo dois dígitos no total geral. Em terceiro lugar ficou a alternativa referente à criação do salário-família, que esteve acima dos 10% apenas na faixa 1 (11,2%) e bem abaixo desse patamar nas demais: faixa 2 (5,8%), faixa 3 (6,8%) e faixa 4 (6,7%).

Na última posição, a opção sobre a criação de creches e asilos não obteve mais de 3% no total geral, fixando-se em 2,5%. Houve pequenas variações por faixa etária: faixa 1 (3,6%), faixa 2 (3%). Nas duas últimas faixas, o resultado ficou abaixo do total geral, sendo que a faixa 4 obteve 2,1%, e a faixa 3 sequer atingiu 1%, marcando apenas 0,8% das respostas.

O QUE VOCÊ ACHA DA DITADURA PARA UM PAÍS?

Uma das questões mais interessantes para a análise foi buscar compreender como os entrevistados se manifestaram em relação à ditadura enquanto regime político. A partir das respostas, podemos notar que é possível haver relativizações quando os conceitos são

percebidos para além de sua essência, metamorfoseando-se nas *personas* políticas em questão, esvaziando ou transformando o seu sentido original.

Ao formular as duas questões relativas ao sentimento sobre uma ditadura, percebi que, para efetuar uma análise dos resultados obtidos, seria relevante emparelhar ambas as perguntas e observar esse fenômeno de “deslizamento de sentido” (Derrida, 1967), que as respostas nos revelam. As alternativas permaneceram inalteradas, mas a proporcionalidade dos votos variou, configurando a possibilidade de revisão acerca de um modelo tido como “execrável” pela maioria, mas substancialmente relativizado quando a condução do regime ditatorial passou a ser associada a um líder específico.

No artigo de Bruno André Blume, intitulado *Afinal, o que é ditadura?* (2017), o autor elenca dois grandes pensadores das ciências políticas para conceituar o termo “ditadura”.

Segundo Maurice Duverger, a ditadura pode ser definida como um regime político autoritário, mantido pela violência, de caráter excepcional e ilegítimo. Ela pode ser conduzida por uma pessoa ou um grupo que impõe seu projeto de governo à sociedade com o auxílio da força. Normalmente, ditadores chegam ao poder por meio de um golpe de Estado. Já o filósofo político Norberto Bobbio afirma que a ditadura moderna é um regime caracterizado pela concentração absoluta do poder e pela subversão da ordem política anterior

O que a citação acima revela é a proximidade conceitual entre os cientistas políticos mencionados, que, coincidentemente, iniciaram suas trajetórias na formação jurídica. Enquanto o sociólogo francês Maurice Duverger detalha os elementos que estruturam um regime ditatorial em todas as suas instâncias, Norberto Bobbio concentra sua definição na centralização do poder e no esvaziamento de um ordenamento político-constitucional. Na conclusão de seu artigo, Blume retoma o pensamento do cientista político italiano, destacando o que considera a característica fundamental de uma ditadura, segundo sua perspectiva.

Apesar das muitas reflexões que surgem a partir da discussão sobre o significado de ditadura, Bobbio afirma que o uso atual do termo pode ser resumido a apenas um ponto: a falta de democracia nesses regimes. De fato, totalitárias ou não, militares ou não, fascistas ou comunistas, as ditaduras modernas têm em comum o fato de serem também antidemocráticas

Assim sendo, a partir dessa breve discussão conceitual, podemos afirmar que um regime político que concentra seu poder decisório em uma figura catalisadora das atenções, sobrepondo-se à estrutura constitucional, com um Poder Executivo extremamente

fortalecido e esvaziando os campos de atuação dos demais poderes (Legislativo e Judiciário) — portanto, rompendo o equilíbrio da teoria dos três poderes proposta por Montesquieu — constitui sempre o prenúncio de violência, cerceamento de liberdades e desrespeito aos direitos humanos.

Nessas condições, torna-se difícil a preservação dos direitos individuais e, principalmente, da cidadania, que acaba sendo sequestrada. O mote que move governos dessa natureza é transformar o cidadão em patriota, em que a razão de ser e estar é substituída por um engajamento altamente passional. Esse engajamento coloca em segundo plano os anseios individuais, em nome de uma grandeza do Estado, da Nação, da Pátria — conceitos com alto grau de subjetividade, mas com enorme apelo emocional (Hobsbawm, 2004). A julgar pelos regimes totalitários que floresceram entre as duas guerras mundiais no século passado, os efeitos dessa forma de governar não legaram nações promissoras, tampouco populações que vivenciassem plenamente sua cidadania.

Dessa forma, condenar um regime ditatorial parece ser uma postura amplamente compreensível — e essa constatação foi evidenciada nas respostas à sétima pergunta da pesquisa. A partir das alternativas (Horrível, Razoável, Boa ou Excelente), os respondentes foram convidados a opinar sobre suas impressões acerca dos governos pautados na ditadura. A grande maioria optou pela resposta condenatória. No total geral, obtivemos os seguintes resultados: Horrível (64%), Razoável (24%), Boa (8,5%), Excelente (3,1%) e 0,4% dos entrevistados preferiram não responder à questão.

Trabalhando os dados de forma relacional, é possível constituir duas macrotendências: de um lado, alinhando as opções Horrível e Razoável — que carregam conotações mais negativas — e, de outro, reunindo Boa e Excelente — claramente positivadas. Ao operacionalizar os resultados nessa lógica associativa, os números tornam-se ainda mais contundentes: 88% das respostas situam-se em uma perspectiva negativa, contra apenas 11,6% com visão positiva sobre um regime que pressupõe coerção e aceitação irrestrita da lei imposta de forma arbitrária.

Levando em consideração a “neutralidade” da opção Razoável, realizo agora o exercício inverso, associando esse item à opção Boa. Nesse caso, temos os seguintes resultados: no total geral, essa combinação atinge 35,5%. Por faixas etárias, os percentuais foram: Faixa 1 (26,4%), Faixa 2 (26,4%), Faixa 3 (31,6%) e Faixa 4, o maior patamar, com 40,8%.

Mantendo essa duplicidade de olhares — tanto na análise individualizada quanto na relacional —, observa-se que os grupos etários propostos desde o início da pesquisa revelam variações que podem estar articuladas tanto ao maior conhecimento quanto ao desconhecimento do real significado de uma ditadura.

A baixa relativização do tema ficou clara nas respostas analisadas por faixa etária. A opção Horrível recebeu mais da metade dos votos em todos os grupos, sendo o menor índice na Faixa 4 (54,2%). Os grupos 1 e 3 apresentaram percentuais semelhantes (61% e 65%, respectivamente). O maior índice foi registrado na Faixa 2, com 70,9%.

O grupo da Faixa 2, composto por pessoas com idades entre 21 e 40 anos no momento da pesquisa, provavelmente foi influenciado pelos ecos dos movimentos pela redemocratização. O intervalo de 20 anos posiciona esses entrevistados como herdeiros diretos dos debates e da comoção popular vividos na segunda metade da década de 1980. Parte deles experimentou a juventude em meio ao ressurgimento do movimento estudantil, às passeatas, às organizações corporativas e às campanhas como “Diretas Já”, além do impeachment do primeiro presidente eleito pelo voto direto após a redemocratização, Fernando Collor de Mello.

Outro resultado que merece atenção foi o da Faixa 4, composta por pessoas com mais de 60 anos — aquelas que vivenciaram o segundo governo Vargas e a extensão plena da ditadura militar. Apesar de um posicionamento condenatório ao regime, o índice foi inferior às demais faixas etárias, sugerindo uma postura mais conservadora em relação aos alcances da democracia e, possivelmente, uma nostalgia por um regime de força que inspirava segurança, ainda que tenha ignorado a perseguição política, a violência policial e a repressão ideológica.

O segundo item mais assinalado em todas as faixas foi a opção Razoável. O patamar geral (24%) apresentou pouca variação: Faixa 1 (29,4%), Faixa 2 (20,9%), Faixa 3 (20,2%) e Faixa 4 (26,5%).

A percepção de que uma ditadura pode ser considerada boa ou excelente foi praticamente “enterrada” nesta pesquisa. A opção Boa teve 6,1% na Faixa 1 e 5,5% na Faixa 2. Nas faixas 3 e 4, houve leve tendência de alta: 11,4% e 14,3%, respectivamente.

Já a alternativa Excelente ficou sempre abaixo da casa dos 5%, com comportamento diferente da opção Boa. A Faixa 1 (3,1%) manteve a média geral; a Faixa 4 apresentou o maior índice (5%); enquanto as Faixas 2 (2,4%) e 3 (2,6%) tiveram desempenho semelhante e abaixo da média.

Por fim, retomando a análise relacional e considerando agora a opção Razoável como negativa, a condenação à ditadura se torna ainda mais expressiva. A junção das opções Horrível e Razoável apresenta os seguintes percentuais por faixa etária: Faixa 1 (89,4%), Faixa 2 (91,8%), Faixa 3 (85,2%) e Faixa 4 (80,7%). Já a soma das opções Boa e Excelente resultou em: Faixa 1 (9,2%), Faixa 2 (7,9%), Faixa 3 (14%) e Faixa 4 (19,3%).

COMO FOI A DITADURA VARGAS (1937-1945) PARA O BRASIL?

Na história republicana brasileira, a ocorrência de golpes de Estado foi algo recorrente, sobretudo durante o século XX. Se atentarmos às indefinições programáticas, a própria Proclamação da República pode ser considerada um desses episódios de tomada de poder por grupos militares. Mais do que encerrar o período monárquico no Brasil, o novo regime instaurado, cercado de incertezas, projetou momentos de verdadeiras “quedas de braço” entre grupos da elite cafeeira paulista e os militares pelo controle do poder (Carvalho, 2002).

A denominada “República da Espada”, marcada pela sucessão de dois presidentes com o posto de marechal do Exército Brasileiro (Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto), apresentou episódios de hipertrofia do Poder Executivo, sustentados pela violência e pela intransigência política. O próprio epíteto “Marechal de Ferro”, atribuído ao presidente Floriano Peixoto, é sintomático de sua condução política pouco democrática.

Ao longo da República, assistimos a sucessivos momentos de instabilidade na vida democrática brasileira. Sem entrar profundamente na questão da cidadania excludente do período da Primeira República (1889–1930), tivemos dois momentos incontestavelmente ditatoriais em nossa história: a ditadura de Getúlio Vargas, intitulada Estado Novo, e o período de 1964 a 1985, denominado Ditadura Militar, que, segundo a historiografia recente, pode ser pensada como civil-militar (Dreyfuss, 1981).

A percepção de que o momento ditatorial do governo Vargas é mais brando e positivo é um dos pontos mais relevantes desta pesquisa. Em comparação com a questão anterior, essa visão relativiza um conceito tradicionalmente carregado de conotação negativa, atribuindo-lhe aspectos vistos como pertencentes à esfera das ações positivas.

O equilíbrio, no resultado geral, entre os itens Horrível (38,2%) e Razoável (38%) tem um efeito duplo: estabelece um patamar menor para a opção de pior reputação (na pergunta 7, essa alternativa havia alcançado 64%) e, ao reunirmos ambos os itens para fins

comparativos, obtemos 76,2% dos respondentes na questão 8 — contra 86% na questão anterior.

A análise dos resultados permite perceber uma atitude mais compassiva e complacente com o período do Estado Novo, a ditadura liderada por Getúlio Vargas. A soma dos itens Boa (19,1%) e Excelente (3,6%) totaliza 22,7%, um aumento considerável em relação à questão anterior, em que essa soma havia sido de apenas 11,6% (Boa com 8,5% e Excelente com 3,1%).

Ao mantermos a observação por faixas etárias, percebe-se que a percepção dos respondentes foi bem mais flexível, com um equilíbrio maior entre as respostas. Nas faixas 1 e 2, a escolha pela opção Horrível mobilizou, respectivamente, 41,3% e 44,5% (sendo este o índice mais alto dessa alternativa por faixa etária), assumindo o primeiro lugar entre as opções. A segunda colocação coube ao item Razoável, que obteve, respectivamente, 39,7% e 39,1% nas faixas 3 e 4, mantendo distâncias mínimas da primeira opção nas duas faixas etárias iniciais.

O item que figurou em terceiro lugar, Boa, apresentou uma escalada crescente em comparação com a pergunta número 7 do questionário: obteve, nas faixas 1 e 2, respectivamente, 15,1% e 14,3%, enquanto, na questão anterior, esses números não haviam alcançado dois dígitos (6,1% e 5,5%, respectivamente). Esse item sofreu um aumento acentuado nas duas últimas faixas etárias, praticamente dobrando os percentuais das faixas 1 e 2: 20,7% (faixa 3) e 31,1% (faixa 4), o que evidencia, de forma contundente, a relativização observada na questão 8.

A quarta posição manteve-se, em todas as faixas etárias, com a opção Excelente para a ditadura varguista. Os números também demonstraram uma escalada crescente em direção ao grupo da faixa etária mais elevada (grupo 4), que obteve o índice mais alto dessa alternativa: 9,4%. Tanto o grupo 1 quanto o grupo 3 mantiveram-se próximos da média geral (3,6%), com 3,2% e 3,4%, respectivamente. O índice fora da curva ascendente foi o da faixa etária 2, que registrou apenas 0,9%, sendo superado inclusive pelos que não responderam à pergunta (1,2%).

A liderança da escolha prioritária nesta questão passou a ser exercida pela opção Razoável nas faixas 3 e 4, com, respectivamente, 37,5% e 34,4%. A opção Horrível apresentou, nessas duas faixas, os seguintes percentuais: 36,3% e 25,1% — este último sendo o menor índice da alternativa entre todas as faixas.

Para finalizar a análise da pergunta de número 8, utilizamos o mesmo exercício realizado na questão anterior: ao reunirmos o item Razoável com aquele que avalia a ditadura de Vargas como Boa, obtemos 57,1% — um número que supera os votos da opção Horrível (38,2%).

Esse aspecto revela uma relativização que atinge um padrão de aceitabilidade da ditadura varguista, situando-se acima do corte que condenou as ditaduras de forma geral. A fase ditatorial governada por Getúlio Dornelles Vargas obteve um olhar mais complacente, visivelmente positivado em todas as faixas etárias, conforme a junção proposta. Assim, nas faixas 1, 2, 3 e 4, os dois itens combinados obtiveram, respectivamente, os seguintes resultados: 54,8%, 53,4%, 58,2% e 65,5%.

COM SEU SUICÍDIO, GETÚLIO TEVE UM ATO?

Na cultura ocidental, baseada nas concepções judaico-cristãs, o suicídio é um ato percebido como antinatural, contrário à ideia de que a vida humana é uma “dádiva” de Deus, centralizador das ações e emoções de todos os homens e mulheres viventes no mundo. A força da religiosidade, que centra sua “verdade” teológica na figura/ideia de um Deus único, invisível, onipresente, onisciente e controlador de todas as forças naturais, condena a prática do suicídio como uma fraqueza e uma desobediência à vontade divina.

Nesse sentido, afirma Virág Venekey (2023):

Para muitas pessoas existe a crença num Deus onipresente, mas então como ele permitiu que algo tão terrível acontecesse? Como Deus permitiu que uma pessoa tivesse tanta consciência sobre a morte e buscar ela como forma de aliviar seu sofrimento? A visão de um Deus moralista e julgador também se manifestam especialmente em algumas frases que nós sobreviventes enlutados por suicídio recebemos, como: “você acha que ele (ou ela) está no céu ou inferno?”. Além disso, em algumas religiões o suicídio parece ser o pior dos atos com consequências como “não ir para o céu” ou estar condenado a ir para o “vale dos suicidas”. Questionamentos sobre o suicídio variam entre as religiões e todas condenam o ato em algum grau, porém alguns são mais acolhedores nesse sentido como o budismo, enquanto outros condenam de forma muito clara como o judaísmo. Para esse último se a pessoa morre por suicídio deve ser enterrado em local separado porque esse ato é considerado algo pecaminoso e por conta dele a pessoa vai ser responsabilizada na Corte Celestial. Em São Paulo mesmo existe uma ala separada no Cemitério Israelita do Butantã para o enterro das pessoas que morreram de suicídio.

Dessa forma, parece ser consenso que a prática do suicídio não encontra amparo dentro do discurso doutrinal das religiões, sobretudo naquelas que são majoritárias em nosso país. A madrugada de 24 de agosto de 1954 seria uma data que confirmaria esse viés

de condenação ao suicídio, mas, ao analisar os resultados da pergunta 9, percebemos que o personagem em questão ajudou a relativizar os números. Dentre as quatro opções disponíveis para resposta, podemos dividi-las em dois aspectos: positivo (Coragem e Muita Coragem) e negativo (De Covardia e Muita Covardia).

Assim, podemos analisar individualmente os resultados, mas também aplicar a fórmula associativa para compreender melhor a questão proposta, tanto no âmbito da moral — que acaba prevalecendo — quanto no viés histórico, embasado em um momento cataclísmico da vida política brasileira em meados do século XX, cujos efeitos ainda reverberam.

No total geral, obtivemos os seguintes resultados: na primeira posição, 40,3% responderam De Covardia; na segunda e terceira posições, separados por mínimos 0,2%, encontram-se, respectivamente, De Muita Covardia (20,8%) e De Coragem (20,6%). Na última posição, o item De Muita Coragem, com 17%. Um total de 1,1% não responderam à questão. Ao aplicar a junção em dois blocos, os resultados reforçam o viés negativo (61,1%), enquanto o viés positivo (37,6%) alcançou cerca de 1/3 dos respondentes.

Ao analisar por faixas etárias, os resultados não apresentaram grandes alterações, sobretudo quanto à posição ocupada por cada uma das alternativas, que seguiu o padrão obtido no total geral. A opção De Covardia ficou em primeiro lugar em todas as faixas: grupo 1 (41,2%), grupo 2 (44%), grupo 3 (38,8%) e grupo 4 (32,8%), este último com o menor índice.

Na segunda posição, ocorreu um fenômeno interessante: as extremidades dos grupos etários (1 e 4) optaram pelo mesmo item, De Coragem, marcando, respectivamente, 24,3% e 27,3%. Os dois grupos intermediários, 2 e 3, apresentaram resultado diferenciado, pois elegeram a opção De Muita Covardia para a segunda colocação, com 26% e 22,8%, respectivamente. Chama atenção o empate na faixa 4 pelo segundo lugar, onde a opção De Muita Coragem obteve os mesmos 27,3% da opção De Coragem.

Na terceira posição, nas faixas etárias 1 e 3, apareceu a opção De Coragem, com 20,6% e 19,4%, respectivamente; na faixa 2, o item De Muita Covardia obteve 18,8%; e, na faixa 4, devido ao empate na segunda posição, o item que ficou em terceiro lugar foi De Muita Covardia (12,6%). Na quarta e última colocação, a opção De Muita Coragem obteve, respectivamente nas faixas 1, 2 e 3, os seguintes percentuais: 15,3%, 13,4% e 17,3%.

Aplicando os resultados em dois blocos — reunindo, de um lado, Covardia e Muita Covardia, e, de outro, Coragem e Muita Coragem —, assim como realizado no total geral, observamos que, nas faixas 1, 2 e 3, prevaleceu o viés condenatório ao suicídio, mesmo tratando-se do caso do ex-presidente. Os números indicam um viés decrescente conforme a idade dos respondentes: o viés negativo obteve 60% (faixa 1), 70% (faixa 2) e 61,6% (faixa 3). O viés positivo somou 39,6% (faixa 1), 28,9% (faixa 2) e 36,7% (faixa 3).

O resultado mais fora da curva se apresenta na faixa 4, na qual o viés positivo suplanta o negativo, com 54,6% contra 45,4%. A diferença é de menos de dois dígitos (9,2%), mas, nessa perspectiva, subverte a tendência geral das respostas até então. A hipótese principal que se levanta é que, por se tratar de uma faixa etária composta por pessoas com mais de 60 anos no momento da pesquisa — e, portanto, bem mais próximas ao desfecho histórico —, a percepção tenha sido construída mais pela visão política do que por um moralismo de base religiosa.

O suicídio de Vargas é apontado como uma das grandes “jogadas políticas” do ex-presidente, que conseguiu, com sua morte — acalentada pelo teor contestatório e pelo discurso de mártir cristão que “deu seu sangue para a salvação do povo” —, reverter a natureza do ato, transformando o suicídio em assassinato. É fato que os principais opositores de Vargas precisaram se afastar do centro das atenções para escapar do raio de ação da massa enfurecida, que reagiu com profunda tristeza e saiu à procura dos culpados pelo ato final do presidente — para muitos, o “eterno Pai dos Pobres”.

O MITO DE VARGAS E SEU LEGADO POLÍTICO, NOS DIAS DE HOJE?

A figura de Vargas e seu estilo de governar nunca foram uma unanimidade. Simpatizantes e detratores sempre estiveram presentes em sua vida pública. Uma extensa bibliografia foi produzida sobre o personagem e seu governo. Atualmente, a história do ex-presidente ainda inspira muitos trabalhos acadêmicos nas inúmeras universidades brasileiras.

É inegável reconhecer que Getúlio Vargas deixou um legado político e um modelo de relação do Estado com seus cidadãos, centrado em uma dinâmica autoritária e, ao mesmo tempo, paternalista — sobretudo no primeiro período de seu governo, que durou quinze anos e compreendeu três fases: Provisória, Constitucional e Ditadura do Estado Novo, período este concomitante à Segunda Guerra Mundial, quando a tendência global era a adoção de um Estado forte.

Em seu segundo governo, Vargas teve que abrir mão do estilo personalista e centralizador, pois, com o jogo democrático reinstalado e uma forte oposição política, reverberada pela imprensa, sua forma de conduzir a nação exigia maior interlocução com os demais poderes. As realizações marcantes desse curto período (1951–1954) foram conquistadas com muitos desgastes políticos e instabilidades institucionais. A criação da Petrobras, o aumento de 100% do salário mínimo e outras ações foram sempre disputadas em acirradas lutas, nas quais a ofensa pessoal fazia parte da estratégia de desmistificação da imagem pública do então presidente (Gomes, 2005).

A última pergunta da pesquisa buscava compreender se esse legado de grandes realizações — do nacionalismo econômico, do pensamento e da prática trabalhista, da unificação do sistema de ensino, enfim, dessa forma centralizada de governo — deveria ser reutilizado, ainda seria importante para o país, já não serve mais ou é pouco importante para o futuro.

No resultado geral, a opção que obteve maior percentual de respostas foi Ainda são muito importantes, com 44,9%. O segundo lugar foi ocupado pela opção Não servem mais, com 21,3%, e o terceiro lugar ficou com São pouco importantes, com 18,6%. Na quarta posição apareceu a alternativa Devem ser reutilizados, com 14,4%. Um pequeno grupo, 0,8%, não respondeu à pergunta.

Analisando esse quadro geral, é possível perceber que a construção da memória de Vargas e, conseqüentemente, seu legado político, ainda ocupam um lugar positivamente marcado na memória popular. Afirmar que “ainda são muito importantes” confere um grau de respeitabilidade e seriedade em relação ao tratamento do patrimônio público e das riquezas nacionais. Ainda que exista esse reconhecimento, não foi significativa a escolha pela reutilização dos modelos, já que as estratégias dos anos 1930/40, certamente, não surtiriam os mesmos efeitos em pleno século XXI.

O período da pesquisa coincidiu com o debate sobre privatizações, que atingiram seu auge nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995–2002) e estavam em fase de revisão no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. A sucessão de governos com orientação neoliberal, baseados no conceito de Estado mínimo, representava a antítese da marca do governo Vargas. Assim, optaram pela resposta Não servem mais 21,3% dos respondentes, e São pouco importantes foi escolhida por 18,6%.

Recorrendo mais uma vez ao exercício de agrupamento por viés — positivo versus negativo —, juntamos as opções Devem ser reutilizados e Ainda são muito importantes,

que, juntas, perfizeram 59,3% (viés positivo). As opções Não servem mais e São pouco importantes totalizaram 39,9% (viés negativo). Nessa perspectiva, a maioria guardou como positivo o legado político de Getúlio Vargas, mesmo após 50 anos de sua morte.

Na análise por faixas etárias, as mesmas colocações do total geral se mantiveram nos grupos 1, 2 e 3, com a primeira posição para o item Ainda são muito importantes, com 37,6%, 45,2% e 44,7%, respectivamente. A opção Não servem mais alcançou a segunda posição com 23,9% (faixa 1), 22,7% (faixa 2) e 20,7% (faixa 3). Em terceiro lugar, em todas as três faixas, ficou a opção São pouco importantes, com 22,4%, 18,2% e 19,9%, respectivamente. Em quarto lugar, Devem ser reutilizados obteve, respectivamente, 15,3%, 13,4% e 13,5%.

Na última faixa etária, mais uma vez os resultados foram diferentes nas posições intermediárias. A liderança permaneceu com a opção Ainda são muito importantes, com 54,8%, seguida por Devem ser reutilizados — que havia ocupado a última colocação nas demais faixas — com 16,4%. Em terceiro e quarto lugares aparecem, respectivamente, as opções Não servem mais (15,9%) e São pouco importantes (12,6%).

Para finalizar a análise, reunimos novamente as opções com viés positivo (Devem ser reutilizados e Ainda são muito importantes) e as com viés negativo (Não servem mais e São pouco importantes). Na faixa 1, o viés positivo alcançou 52,9%; na faixa 2, 58,6%; na faixa 3, 58,2%; e na faixa 4, 71,2%. Quanto ao viés negativo, os resultados foram: faixa 1 (46,3%), faixa 2 (40,9%), faixa 3 (40,6%) e faixa 4 (28,5%).

Mais uma vez, os resultados demonstram uma tendência maior de aprovação ao ex-presidente Vargas na faixa etária correspondente aos respondentes com mais de 60 anos. A hipótese mais plausível é que, devido à proximidade com os fatos históricos e à memória construída pela imprensa e pela repercussão — sobretudo da morte do político gaúcho —, as boas lembranças tenham suplantado os erros, relativizando as consequências de suas ações, mesmo em tempos de neoliberalismo e com o Estado mínimo sendo pregado como o único caminho possível para o desenvolvimento econômico.

CONCLUSÃO

A história do Brasil contemporâneo, sob o ponto de vista político, tem seus momentos de força atrelados a personagens que transcenderam o cotidiano da política e se tornaram estadistas. Inegavelmente, Getúlio Vargas, entre todos os políticos brasileiros do século XX, exerceu por mais tempo essa centralidade. Ao se tornar o segundo chefe de

Estado com maior longevidade no poder — atrás apenas de Dom Pedro II e seu longo reinado de quase 50 anos —, seu nome e legado permaneceram vivos muito além de sua morte.

O questionário composto por dez questões, que serviu de base para este artigo, permitiu vislumbrar a ambiguidade que a figura do ex-presidente ainda provoca. A pesquisa, com seu recorte do início do século XXI, teve como objetivo perceber como diversos segmentos, de diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade, revelavam a presença da construção da memória sobre Getúlio Vargas, nos 50 anos de sua morte.

Os lugares-comuns, por vezes repetidos nos resultados, dialogam com a força narrativa dos livros didáticos, que cristalizaram conceitos como o de populismo, para descrever a relação do governo com as classes populares; o de revolução industrial, para o processo de substituição de importações; além das ações de censura (DIP), repressão e torturas (DOPS) e da proteção às classes trabalhadoras por meio da CLT. Esses aspectos aparecem fortalecidos nas respostas às questões da pesquisa.

Também foi possível identificar algumas relativizações em relação ao regime ditatorial do Estado Novo, diminuindo o peso da condenação à ditadura quando liderada por Vargas. O maior relativismo, entretanto, recaiu sobre o suicídio do ex-presidente, contrariando a moral religiosa vigente e aceitando o ato de forma mais positivada do que condenatória.

Dessa forma, a pesquisa aponta para uma construção da memória de Getúlio Vargas como elemento simbólico da política brasileira — utilizado como bandeira ideológica, com forte aproximação às classes populares e rejeição mais evidente por parte das classes médias e privilegiadas. Passados 50 anos de sua morte, uma certeza se impõe: sua presença ainda é muito viva nos debates históricos.

Essa percepção poderá ser reafirmada nos textos produzidos a partir da nova rodada da pesquisa realizada em 2024, por ocasião dos 70 anos da morte do político gaúcho — cujos resultados passamos a apresentar nas próximas páginas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Vitória na derrota**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004.

ARENDR, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ARVIN-RAD, Hassam; WILLUMSEN, Maria José; WITTE, Ann Dryden. Industrialização e desenvolvimento no governo Vargas: uma análise empírica de mudanças estruturais. **Estudos Econômicos**, Revista USP, São Paulo, n.27(1), p.127–166, 1997.

BLUME, Bruno André. Afinal, o que é ditadura? **Politize!**, 07 mar. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ditadura-o-que-e/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2.ed. São Paulo: Unesp, 2009.

CARONE, Edgar. **Revoluções do Brasil contemporâneo**: 1922–1938. 3.ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Editora UERJ; Editora FGV, 1999.

DA SILVA, Juremir Machado. **Getúlio**. São Paulo: Record, 2015.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1967.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2008.

FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

LEVINE, Robert. **Pai dos pobres?** O Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Olga é deportada e entregue à Gestapo**. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/olga-benario-e-entregue-a-gestapo>. Acesso em: 24 out. 2024.

MORAIS, Fernando. **Olga**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O mito da conspiração judaico-comunista. **Revista de História**, São Paulo, n.138, 1998.

OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PEREIRA, Walter Luiz C. De Mattos. Vagas da modernidade: a Companhia Nacional de Alcalis em Arraial do Cabo (1943–1964). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.23, n.46, p.321–343, jul./dez. 2010.

PRESTES, Anita. Centenário do PCB: os comunistas e o “queremismo”. **Blog da Boitempo**, 23 nov. 2022. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/11/23/centenario-do-pcb-os-comunistas-e-o-queremis> mo. Acesso em: 22 jun. 2024.

RIBEIRO, José Augusto. **Era Vargas – Volume 2**. Niterói: Casa Jorge Editorial, 2001.

ROSE, R. S. **Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil, 1930–1954**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra**. São Paulo: Manole, 2003.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

VEREKEY, Virág. A religião no luto por suicídio. São Paulo: **ABRASES** (Associação Brasileira de Apoio aos Sobreviventes Enlutados por Suicídio), 10 jun. 2023. Disponível em: <https://abrases.org.br/a-religiao-no-luto-por-suicidio/>. Acesso em: 27 dez. 2024.

